

Brasil no FMI: 7 fórmulas na renegociação da dívida

FROTA NETO
Especial para o CORREIO

Nesta terça-feira, em Washington, terá início a batalha campal entre devedores e credores internacionais. A dívida agregada do Terceiro Mundo representa hoje uma montanha de 991 bilhões de dólares, dos quais 400 bilhões da América Latina, e, nela, 105 bilhões de dólares do Brasil. Há um impasse nas posições atualmente existentes entre os 123 países devedores e seus credores privados e governamentais. Esse impasse não poderá ser superado sem que haja acordo de longo prazo entre governos. Os 123 países estão pagando 107 bilhões de dólares ano, só de juros, o que, para o Brasil representou 43 por cento do seu saldo comercial em 1985.

A preservação da estabilidade da economia internacional (e, mesmo a manutenção do crescimento econômico mundial) depende da aplicação de uma fórmula de convivência entre realidades díspares e diferentes. Essa fórmula é sintetizada pelo presidente Sarney na expressão "pagar menos para comprar mais". Ou seja, a disposição dos devedores de exigirem mais tempo para pagarem, mais dinheiro novo para se refinanciar, juros menos extorsivos das dívidas acumuladas, e, até mesmo, o perdão de algumas dessas dívidas.

Na análise procedida em todos os centros de poder há a constatação de que a manutenção do impasse não interessa a nenhum dos lados envolvidos. Há, inclusive, a certeza de que o impasse pode decolar para crise de relacionamento político envolvendo credores e devedores numa crise econômico-financeira. O exame do desempenho da economia internacional identifica que o aumento em 10% das importações dos países pobres aumenta em um por cento o PIB dos países ricos (ampliação que permite novo espaço de 3 por cento nas exportações dos países pobres). Essa reação em cadeia é que permitiria expansão da economia internacional. Mas hoje em dia, além de se elevarem as ondas de protecionismo comercial, os bancos credores têm resistido cada vez mais a novos empréstimos voluntários e o nível de investimentos externos nos países pobres tem caído a níveis intole-

ráveis. Com esse colorido a questão da dívida externa está recebendo uma carga político-emocional perigosa em toda a América Latina.

Face a esse cenário, qualquer que seja a posição ideológica do governo envolvido, não se pode mais excluir o risco de uma moratória. As estimativas são de que uma moratória de pagamento decidida pelo Brasil, México e Argentina (dívida agregada de 250 bilhões de dólares) arruinaria os nove principais bancos privados dos Estados Unidos.

AS FÓRMULAS

Esse perfil avalla a importância do encontro anual do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial que se iniciará neste próximo dia 30 e que se prolongará até 3 de setembro. Com sede em Washington, essas assembleias de credores e devedores deverão definir fórmulas, fronteiras e limites para um entendimento sobre questões substantivas da dívida dos países pobres.

Entre os pontos a serem objeto de uma negociação/discussão propositada, e que são da maior relevância para a economia brasileira, estão: (1) fixação de um limite máximo de pagamento de juros e amortização (20 por cento das exportações) com transferência do excesso para fim da amortização; (2) definição do reajuste semestral das taxas de juros, para não excederem às taxas praticadas no mercado; (3) suspensão do pagamento dos empréstimos governamentais, dando prioridade à dívida contraída com o setor privado; (4) concessão de dinheiro novo pelo setor privado (20 bilhões de dólares/ano até o final da década) com garantia dos governos dos países credores; (5) alongamento do perfil da dívida de 7 ou 8 para 20 anos, possibilitando amortizações menores; (6) articulação ao nível dos governos para combater a fuga de capitais dos países endividados (100 bilhões de dólares/ano), além do retorno aos investimentos externos; e, por último, mas não menos importante, (7) modificação nas exigências do FMI. Essas exigências têm provocado perturbações sociais internas nos países atingidos e até mesmo levando governos democráticos à queda. Sem que alguma dessas proposições seja negociada, continuará o impasse da dívida, e, com ele, o risco de caos.